

Formar, treinar e promover o ensino e aprendizagem: caracterização da faixa educativa da TV Brasil

Tiago Nunes Severino

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Imagem e Som da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar)

Universidade Federal de São Carlos

tiagonseverino@gmail.com

Resumo: Este artigo faz uma análise sobre o modo de organização da faixa educativa da TV Brasil. O canal é descrito como uma emissora generalista, conforme o conceito de Wolton (1996), e vinculada a ideia de paleotelevisão, como aponta Roger Odin (2009). Ou seja, uma emissora com uma variedade de gêneros televisuais que são organizados em blocos. A faixa educativa constitui justamente o grupo de programas que compartilham finalidade de formar, treinar e promover o ensino e aprendizagem para o telespectador. Entre as constatações da análise, está a ideia de que a faixa educativa da TV Brasil é composta por programas produzidos por outras emissoras e, simplesmente, retransmitidos por este canal.

Palavras-chave: Programação de TV, Conteúdo educativo, TV Brasil.

Introdução

Educação e televisão sempre estiveram próximas. No entendimento de Wolton (1996), a lembrança do uso do rádio pelos governos ditatoriais da Europa nas décadas de 1930 e 1940 fez com que a televisão fosse classificada como um meio mais perigoso por transmitir imagens.

Essa caracterização em alguns países levou à criação de emissoras específicas para a exibição desse tipo de material. Nos Estados Unidos e Japão, ficou para as emissoras públicas a tarefa de ensinar e entreter de forma mais polida. Na América Latina, por sua vez, Fernandez (2002) assinala que três matrizes de programação predominam nos canais públicos. Uma delas identifica que todas as emissões televisuais mantidas por entes estatais deveriam ter uma função pedagógica.

A proposta deste artigo é analisar como se organiza o conteúdo educativo da TV Brasil. O canal pertencente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) entrou no ar em dezembro de 2007 e tem entre suas atribuições a produção e veiculação de conteúdo educativo, cultural, artístico e científico.

O texto parte do princípio que pela maneira como a grade de programação da TV Brasil se estrutura ela se aproxima do princípio da paleotelevisão de Roger Odin (2009) no qual o fluxo dos programas é organizado em blocos com gêneros bem delimitados.

O texto ainda recorre aos apontamentos de Jost (2007) e Mazzioti (2002) para ampliar a compreensão sobre modos de organização da grade de progra-

mação em um canal público.

Entre as constatações da análise está aquela de que a faixa educativa da TV Brasil é formada exclusivamente por conteúdo produzido por outras emissoras e, por sua vez, retransmitido pela emissora do governo federal.

Conteúdo educativo na TV

A comunicação, desde os primórdios do telégrafo e do rádio, está associada à tríade informação, educação e entretenimento. Cada meio, de alguma forma, utilizou no ato do seu surgimento esses valores como as características fundamentais de sua mensagem (BIRGGS, BURKE, 2004).

No âmbito da televisão, a difusão de conteúdo educativo foi encarada como uma maneira de dar uma finalidade nobre para o meio. Havia um receio de que a condição da televisão emitir imagens poderia provocar danos ainda maiores do que o rádio, caso fosse objeto exclusivamente de uso governamental, político e econômico. “Todo mundo tinha em mente, na época, a utilização que fizeram no rádio os fascistas, os alemães e italianos, sem esquecer os ecos distantes, vindos da América Latina, de sua utilização no Brasil, por Getúlio Vargas, e, sobretudo, na Argentina, por Perón” (WOLTON, 1996, pp.25-26).

Dessa forma, é possível afirmar que a existência de programas educativos na grade de um canal de televisão sempre foi uma prerrogativa que legitima sua função pública. Ao observar o caso brasileiro, por exemplo, a Constituição exige que os veículos de radiodifusão mantenham programas de caráter educativo e

cultural.

Apesar de críticas de autores como Leal Filho (2006), sobre a necessidade de uma regulamentação mais específica no setor de radiodifusão e das condições do Estado para avaliar o cumprimento de tais normas, teoricamente, emissoras de rádio e TV no país devem incorporar a educação como parte do conteúdo que emite.

De acordo com Wolton (1996), existem dois modelos centrais de emissoras. O fragmentado corresponde aos canais destinados a um público-alvo previamente delimitado, por exemplo, canais de esporte para o público que é fã desse segmento. O oposto seriam os canais generalistas, no qual o público é constituído por um número amplo de pessoas com gostos, preferências e necessidades múltiplas. Por isso, a emissora generalista dispõe de vários gêneros televisivos e formatos para conquistar a audiência.

Assim, a maneira de incorporar a educação à grade acontece de acordo com a proposta do canal. O conteúdo educativo em uma emissora fragmentada, como Futura ou TV Escola, constitui a centralidade de todos os programas, independente do horário, formato e método de produção. Já em um canal generalista, ele pode assumir dois aspectos: a) educação como conduta: a educação pode ser um valor que existe dentro de vários gêneros. Um programa matinal para a dona-de-casa, por exemplo, pode ter uma dimensão educativa ao manter um quadro que ensina a fazer artesanato; um desenho para crianças faz algo semelhante ao apresentar para

o público o alfabeto ou ensinar a contar; b) educação segmentada: nos canais generalistas, pode haver também uma faixa específica. Isso pode acontecer a partir da organização de programas dentro de um mesmo grupo de horários vinculados à ideia de ensino e aprendizagem, aprimoramento educacional, treinamento ou que tenha a educação como tema, por exemplo, um programa de debates cujo público-alvo sejam professores.

Os modelos expostos anteriormente derivam basicamente do que é praticado por emissoras públicas de televisão pelo mundo. No Japão e nos Estados Unidos, o conteúdo educativo foi empurrado para espaços determinados dentro do espectro televisual. Mais especificamente para a NHK e PBS, respectivamente. Já o outro modelo é aquele praticado pela BBC, da Inglaterra, em que a educação é uma ideia que deve passar toda a programação (BIRGGS, BURKE, 2004).

Wolton critica o método empregado pelos japoneses e americanos. Para ele, criar canais segmentados para o conteúdo educativo e cultural é um erro, pois desobriga as emissoras privadas a desenvolverem propostas com a mesma temática. Assim, o que se tem observado quase sempre é que produzir e veicular programas com conteúdo educativo tornou-se responsabilidade de emissoras públicas, como o caso japonês e americano.

A programação em canais públicos, diferente dos comerciais, tem um grupo de diretrizes bem definidas. Em um estudo realizado pela Unesco, Vladimir Gai (2006) lista as seguintes características da radiodifusão pública: a) universalidade: a difusão pública deve estar disponível para todos os cidadãos, o que obriga o difusor público a dirigir-se a toda população; b) diversidade: a diversificação acontece de três formas – os gêneros de programas, as audiências determinadas e os temas discutidos; c) independência: a radiodifusão pública deve ser um fórum onde as ideias são expressas livremente, sem amarras políticas ou ideológicas; d) diferenciação: não se trata apenas de produzir programas ou se dirigir a audiências que outros ignoram, mas se dirigir ao público, sem exclusões. O princípio obriga a radiodifusão pública a inovar sempre.

Na América Latina, essas características resultaram em três matrizes básicas de programação (Fernandez, 2002). A primeira é a matriz educacional-formal sobre a qual todos os programas devem ter caráter educativo, com tele-aulas, vídeo-aulas ou documentários capazes de permitir o ensino e aprendizagem. A outra matriz é da alta cultura e do debate acadêmico em que as emissoras devem apresentar programas ligados unicamente à cultura erudita,

como concertos, peças teatrais e debates de fundo científico. Por fim, existem ainda canais que praticam a matriz da propaganda política e governamental. A finalidade, nesse caso, é defender o governo da vez.

Tais modelos são uma distorção do conceito fundamental de serviço público que deve orientar as emissoras de televisão pública. Para isso, como aponta Leal Filho (1997), a programação a ser veiculada precisa ser tão essencial para o telespectador como um serviço de água, esgoto e energia elétrica. O que acontece, no entanto, é a apropriação dos equipamentos por grupos políticos ou utilização para veicular programas capazes de gerar pouca identificação com o público.

No entanto, Pfromm Netto no livro “Telas que ensinam” (2001, p.159) trata da relevância da utilização da televisão como instrumento educativo. Para ele, se países muito mais desenvolvidos do que o Brasil se valem dessa ferramenta, é fundamental que em um lugar com um território imenso, com sérios problemas estruturais na educação, com escolas insuficientes e precárias, deixe de brincar de fazer televisão e comece efetivamente “a realizar um imenso e árduo esforço de aperfeiçoamento e expansão em rede de emissoras educativas, assim como de multiplicação urgentíssimas das oportunidades de aprender de modo formal e sistemático por meio da televisão”.

Este artigo analisa, portanto, como se enquadra a proposta da TV Brasil de levar conteúdo educativo para sua audiência, a partir da identificação de uma faixa temática específica.

Programação da TV Brasil

A TV Brasil é um canal de televisão pertencente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estatal do Poder Executivo federal vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). A EBC e seus canais de rádio e TV, incluindo a TV Brasil, são regidos pela lei 11.652 de 7 de abril de 2008. Ela determina que a programação deva ter finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas. A lei ainda diz que a gestão deve ter autonomia em relação ao governo para que os próprios veículos da EBC definam os métodos de produção, programação e exibição.

Como expresso na lei, o objetivo da programação é desenvolver a consciência crítica do cidadão. Apesar de tudo isso, ela não pode prescindir da busca pela audiência. A legislação ainda proíbe qualquer forma de proselitismo ou defesa de interesses políticos.

Observar a formatação da grade da TV Brasil permite enxergar como o canal se caracteriza. Segundo Wolton,

“a carteira de identidade de um canal de televisão público ou privado continua sendo sua programação” (1996, p.113). A programação compõe a marca da emissora – o jeito de ser do canal, como ele compreende e se identifica com o público até a forma como se organiza a gestão.

Basicamente, a grade de programação é criada a partir do ato de selecionar e organizar os gêneros televisivos e fazer uma disposição capaz de responder uma questão: “Como capturar a atenção do público nesse livre ir e vir no interior da própria casa?” (JOST, 2007, p.49).

Foi a CBS nas primeiras décadas de origem da televisão que apontou que a grade deveria ser um objeto capaz de se incorporar à rotina da casa. O que cada emissora deve fazer é observar como se comporta a audiência de modo a adotar estratégias capazes de prender o telespectador diante do aparelho. Jost dá um exemplo de como isso pode ser feito:

“Os períodos da semana ou do dia que permitem maior concentração são adequados à difusão de filmes (meio da tarde, fim de noite, domingo); nas horas de atenção dispersa são privilegiadas emissões radiofônicas orna-das por imagens (...), ou seja, as emissões fazem mais apelo aos ouvidos do que aos olhos (2007, p.49).”

Jost diz que existem três métodos para montagem das grades de programação. O stripping, que consiste em programas todos os dias, na mesma hora, na mesma emissão – é o método mais utilizado pelas emissoras generalistas. O lead in é o famoso efeito locomotiva. Consiste em colocar um programa popular no início para a faixa horária seguinte. Já hammocking é a inserção entre duas emissões de sucesso, de um novo programa, para manter a audiência.

Para Wolton, a capacidade da programação de fazer parte da rotina do ambiente doméstico é o catalisador para a criação do laço social que aproxima o público. Segundo o teórico francês, a sedução da TV e o sucesso dela são explicados por esse laço que envolve imagem, o contexto da emissão e da recepção e a organização dos programas em uma grade. O conjunto desses fatores é identificado por ele como a unidade constitutiva da TV. O primeiro passo para o desenvolvimento da programação é dispor de forma precisa nos horários os gêneros que estão vinculados à proposta do canal.

“Os gêneros podem ser entendidos como conjuntos de convenções compartilhadas, não apenas

com outros textos pertencentes, mas entre textos e público (audiências), textos e produtores, produtores e audiência. Trata-se de uma intercâmbio que conta com o consenso cultural (...) Constitui uma prática cultural, um conjunto de características, que se modifica em cada novo exemplo que é produzido. São definidos como sistemas de orientações, expectativas e convenções que circulam entre a indústria, os sujeitos espectadores e o texto (MAZZIOTI, 2002, p.205). ”

Mazzioti explica que na televisão todos os gêneros estão divididos em eixos temáticos: informação, que abarca noticiários, entrevistas, análises, educativo e religioso; entretenimento, com ficção, filmes, telenovelas, série, comédia, drama, humor e desenhos; esportes, com transmissão e jornalístico; e variedades, jogos, concursos, musicais, interesse geral, culinária, documentário, talk show, reality show e televerdade.

Como apontado, os programas educativos estão no eixo informação que lhe confere alguns atributos particulares, como a ideia de verdade. Esse é o mesmo princípio que guia os telejornais. Ou seja, o telespectador espera que aquilo que é mostrado na tela não tenha o caráter ficcional de uma novela, por exemplo.

INFORMAÇÃO		
Noticiário	Entrevista	Análises e comentários
Religioso		Educativo

Fonte: Mazzioti, 2002, p.211

Cada um desses gêneros possui um grupo de elementos que constituem as convenções comuns que vão ser compartilhadas entre os programas.

Segundo Jost, todo gênero carrega consigo duas promessas. Uma delas é a ontológica, que se vincula ao nome, e a outra é a pragmática, que trata de influenciar a crença dos telespectadores para promover o produto audiovisual. Nesse sentido, todo programa de comédia é uma promessa de riso.

Deriva das afirmações de Jost a defesa deste trabalho de haver um grupo de elementos que condicionam a existência de faixa educativa específica. A inferência capaz de ser feita é que se toda a comédia é uma promessa de riso, o programa educativo deve ser uma promessa de ensino e aprendizagem. Mesmo que haja um sentido educacional que está presente em outros programas, em diversos horários e gêneros, há uma parcela da programação em que o sentido educativo é mais latente.

Na pesquisa Qualidade da programação infantil da TV Brasil, Inês Sampaio e Andréia Cavalcanti (2012) afirmam que a faixa infantil da TV Brasil mostra desenhos que procuram estimular o aprendizado nos jovens por meio de jogos, brincadeiras e histórias. No entanto, a programação infantil, mesmo com um sentido pedagógico, é uma atividade que ainda se vincula ao lazer e ao entretenimento, diferente do programa que tem a função essencial de formar.

A finalidade não existe apenas em relação ao programa, mas também em relação à recepção. No conteúdo educativo, o público se propõe deliberadamente a aprender. “Aquilo que você percebe acidentalmente ao olhar pela janela da sala de aula não é educação, nem o que você aprende aleatoriamente quando surfa na web” (MOORE, KEARSLEY, 2010, p.12). Portanto, o que uma criança aprende em um desenho infantil ou a dona-de-casa em um programa de culinária não pode ser considerado educação.

Feitas essas observações, é possível identificar o posicionamento do conteúdo educativo na grade da TV Brasil, com base no princípio que ele é constituído por um programa ou grupo de programas que têm como primeira finalidade formar, treinar ou promover o ensino e aprendizagem.

No mapeamento da grade da emissora, alguns programas aparecem com essa finalidade de maneira mais explícita. São eles: TV é Ciência, Salto para o Futuro e Telecurso, ocupando cerca de duas horas diárias, no horário da madrugada, entre 4h e 6h.

Caracterização da faixa educativa

Como apontado em seção anterior neste artigo, a televisão pública na América Latina tem sido marcada por três matrizes de programação. Uma delas considera que é missão dos canais mantidos pelos entes estatais a veiculação exclusiva de conteúdo educativo. A TV Brasil se mostra um pouco diferente dessa proposta. Ela pode ser considerada, dentro das classificações de Dominique Wolton (1996), um canal geralista. Ou seja, com uma grade de programação com diversidade de gêneros televisuais e formatos de programas.

Ainda na busca de um enquadramento adequado da sua proposta de atuação, a TV Brasil pode ser considerada também uma emissora ligada à ideia da paleotelevisão. Segundo Roger Odin (2009), a paleotelevisão contém um fluxo, um modo de organização de grades em que os gêneros são dispostos em blocos. O conteúdo educativo da TV Brasil, por exemplo, é apresentado diariamente na faixa de horário da madrugada, de 4h às 6h. O mesmo acontece com outros gêneros que são

agrupados por blocos bem delimitados, como a faixa infantil que ocupa parcela da manhã e da tarde.

O contrário da proposta da paleotelevisão é a neotelevisão. Nela, o fluxo dos programas tende a ser mais contínuo. Predomina o que Roger Odin chama de programas omnibus, programas de variedades ou com uma temática mais ampla que permite criar a impressão de continuidade entre os programas.

Em relação à caracterização dos programas, uma faixa educativa com conteúdo exclusivo que forma, treina e promove o ensino e aprendizagem carrega em si os fundamentos que envolvem o ensino a distância (EAD). O EAD consiste fundamentalmente na aproximação entre alunos e professores que ocupam locais diferentes durante todo ou parte do tempo de um curso. Como ocupam espaços diferentes, eles dependem de algum tipo de tecnologia para transmitir informações e lhes proporcionar uma forma de interagir (MOORE, KEARSLEY, 2010).

Cada um dos programas elencados - TV é Ciência, Salto para o Futuro e Telecurso - contém características particulares que se vinculam à ideia do ensino a distância. O primeiro da lista consiste em um programa produzido pela televisão pública do Espírito Santo, em parceria com a Secretaria Estadual de Ciência e Inovação, e tem como finalidade mostrar ao telespectador reportagens e entrevistas ligadas à ciência, tecnologia e educação. Um dos programas, por exemplo, abordou o que é o magnetismo e fez uma entrevista com uma professora da Universidade Federal do Espírito Santo sobre o desafio da pesquisa científica na área.

Já o Salto para Futuro, produzido e exibido também pela TV Escola, mostra debates entre professores e outros especialistas na área educacional como uma maneira de aprimorar questões da área pedagógica, como a utilização adequada de filmes em sala de aula, brincadeiras para creches e questões relativas ao universo da educação básica.

O Telecurso tem uma estrutura um pouco mais complexa. São basicamente cinco programas distintos que vão ao ar de maneira encadeada: Telecurso Tecendo o Saber, Telecurso Ensino Médio, Telecurso Ensino Fundamental, Telecurso TEC e Novo Telecurso Profissionalizante. O programa foi criado em 1978 e é resultado de uma parceria entre a Fundação Roberto Marinho, as Organizações Globo e Fundação Padre Anchieta, que faz a gestão da TV Cultura. Na pesquisa intitulada Os Telecurso da rede Globo: a mídia televisiva no sistema de educação a distância (1978-1998), de João Flávio de Castro Moreira, o Telecurso é identificado como um

programa que faz parte da tradição do ensino a distância do Brasil vinculado ao ensino corporativo. Ele trata do assunto como a instrumentalização da educação a distância pelo mercado.

“A finalidade de todos esses programas aparece nitidamente no sentido de amenizar problemas de qualificação técnica para os ramos produtivos da sociedade e para remediar a educação tradicional. Não surgem, portanto, em grande maioria como iniciativas permanentes, mas como meio para melhorar ou suprir as deficiências da modalidade presencial (MOREIRA, 2006, p.21).”

Outra característica bem particular das produções veiculadas pela TV Brasil que as condicionam como parte de uma faixa única de educação é como foi organizada a equipe de produção desses programas. De acordo com Pfromm Netto, os programas educativos têm algumas particularidades que os tornam diferentes dos demais, o que obriga um cuidado no tratamento de temas desde os primeiros instantes de produção.

“A redação e a produção de programas para fins de aprendizagem e ensino são muito diferentes da redação e produção de programas de entretenimento. Deve ser solidamente embasada em princípios e práticas psicológicas e pedagógicas, frequentemente ignoradas por produtores e redatores que não contam com formação ou experiência de natureza psicopedagógica (PFROMM NETTO, 2001, p.162).”

Todos os programas listados têm entre seus produtores, roteiristas, conteudistas e mesmo entrevistados, como no caso do Salto para o Futuro, especialistas na área educacional. O Telecurso, por exemplo, por ser uma aula, há um professor conteudista para cada uma das disciplinas.

Junta-se ao modo de produção, a qualidade técnica das imagens. O Salto para o Futuro é gravado em um estúdio com iluminação e modos de enquadramentos bem definidos, sem erros ou falhas de áudio. Já o Telecurso tem uma narrativa em que a cada cena incorpo-

ra-se uma nova discussão a respeito da temática da disciplina abordada. Por meio dele, o aluno pode visualizar a aplicação real, por exemplo, de uma fórmula matemática.

A qualidade das imagens é importante porque em geral “o principal problema relacionado ao uso das mídias de áudio e vídeo na educação é o fato de exigirem criatividade e conhecimento profissional especializado para a produção” (MOORE, KEARSLEY, 2010, p.82), o que gera um dispêndio maior de tempo e dinheiro na execução da obra audiovisual.

Críticas à faixa educativa

A TV Brasil carrega consigo o mérito de ser um canal geralista com o desafio árduo de atender uma proposta ampla. A lei de criação da empresa que faz sua gestão, a EBC, define que ela tem que ter conteúdo educativo, artístico, científico e cultural, mas ao mesmo tempo promover o audiovisual nacional, ter conteúdo independente e regional. Alia-se a isso, o fato de o Brasil ter sido dominado, no mercado de televisão, pela presença de poucos grupos privados.

A programação da TV Brasil, justamente, em virtude do desafio que foi imposto à emissora, não está livre de críticas. No caso específico deste artigo, a faixa educativa, a primeira crítica é em relação ao horário. Os programas educativos estão no período da madrugada. Como a ideia da grade é se incorporar à rotina da casa, entende-se que o trabalhador que acompanha o Telecurso assiste ao programa e depois vai para o serviço. A questão a ser levantada é se a mesma dinâmica aconteceria com os professores e especialistas da educação, em relação ao Salto para o Futuro e TV é Ciência.

Sobre o modo de organização da grade, há ainda outro problema. Existe uma descontinuidade do Telecurso. Quando este levantamento foi realizado³, a grade de programação da terça-feira não exibiu o telecurso, apenas o Salto para o Futuro. Como o programa da Fundação Roberto Marinho é constituído por uma sequência de aulas, isso provocaria provavelmente uma estranheza no público. É como o aluno ir à escola naquele dia e não haver aula.

Em relação ao processo de produção, algo bem particular é constatação

de que não há nenhum programa produzido pela TV Brasil. Todos são originários de outros canais, o que mostra que o canal pertencente à EBC veicula conteúdo educativo, mas não dispõe de um modelo próprio de produção.

Há também outras preocupações particulares sobre o Telecurso. A primeira delas é que ele também é exibido na TV Globo. Diante da força que a emissora carioca tem, seria mais usual para o telespectador acompanhar na Globo e não na TV Brasil.

Considerações finais

A exibição de conteúdo educativo faz parte de uma tradição vinculada aos primórdios da televisão. Entendida inicialmente como uma maneira de purificar o meio, os programas com temas de educação praticamente foram empurrados para os canais públicos, como aconteceu nos Estados Unidos e Japão, onde a PBS e NHK existem praticamente para veicular esse tipo de conteúdo.

Como um canal público, a TV Brasil convive com um modo de trabalho imposto pela legislação e, também, pelos princípios que devem nortear as emissoras pertencentes ao Estado. A TV Brasil recebeu e tem cumprido o desafio de ser um canal geralista. Dentro dos moldes da BBC, a educação tem um sentido educativo que perpassa em diversos horários. Porém, há um bloco específico de programas que compartilham características comuns, permitindo afirmar que compõem a faixa educativa da emissora.

Essas características em comum começam com a finalidade de cada programa: formar, treinar e promover o ensino e aprendizagem. Telecurso, TV é Ciência e Salto para o Futuro formam a faixa educativa da TV Brasil. Cada programa carrega consigo méritos particulares de produção e na maneira de apresentação do conteúdo.

No entanto, a programação da TV Brasil não está plenamente consolidada. Não só porque a emissora é relativamente nova, com apenas sete anos de existência, mas, em especial, por haver críticas sobre o modo de organização da grade. No caso deste artigo, algumas dessas falhas podem ser observadas nos programas educativos. Questionamentos que vão desde a falta de produções próprias da emissora até o horário em que os programas são veiculados.

³ Esta informação se refere à programação da TV Brasil praticada no ano de 2013.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição, 1988.
- BRASIL. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.
- CAVALCANTE, Andréa Pinheiro Paiva; SAMPAIO, Inês Sílvia Vitorino. Qualidade na programação infantil na TV Brasil. Florianópolis: Insular, 2012.
- FERNANDEZ, Valério Fuenzalida. Por uma televisão pública na América Latina. In: RINCON, Omar. Televisão pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: SSRG, 2002.
- GAI, Vladimir. Radiotelevision de servicio público: un manual de mejores prácticas. San Jose: Unesco, 2006.
- JOST, François. Seis lições sobre televisão. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- JOST, François. Compreender a televisão. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- LEAL FILHO, Laurindo. A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus, 1997.
- LEAL Filho, Laurindo. A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- MATTOS, Sérgio. História da televisão brasileira: uma visão econômica social e política. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MAZZIOTTI, Nova. Os gêneros televisivos na televisão pública. In: RINCON, Omar. Televisão pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: SSRG, 2002.
- MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- MOREIRA, João Flávio. Os Telecursos da rede Globo: a mídia televisiva no sistema de educação a distância (1978-1998). 2005. 179f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ODIN, Roger. De la paléo-à la néo-télévision: approche sémiopragmatique. In: Communications, n.51, pp.9-26, 1990.
- PFROMM NETTO, Samuel. Telas que ensinam: Mídia e aprendizagem do cinema ao computador. Campinas: Alínea, 2001.
- RINCON, Omar. A televisão o mais importante, do menos importante. In: _____. Televisão pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: SSRG, 2002.
- WOLTON, Dominique. Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.